

## **“Informar” para “formar” – reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República\***

Isabel Aparecida Bilhão\*\*

### **Resumo**

O artigo analisa o uso da imprensa, no interior do mundo do trabalho, como meio de difusão de ideias por parte de grupos de militantes anarquistas e socialistas nas décadas iniciais da vida republicana brasileira. Procura observar as características gerais da imprensa no período, as peculiaridades da constituição da imprensa militante no contexto brasileiro de Primeira República e, tomando como exemplo empírico textos publicados em três jornais militantes que circularam na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, busca identificar as principais temáticas e estratégias discursivas, bem como as relações desses veículos com o contexto mais amplo em que estavam inseridos.

**Palavras-chave:** Militância; Imprensa; Primeira República; Mundo do Trabalho.

Há muito a imprensa tornou-se importante fonte de pesquisa para os historiadores, sendo uma das mais utilizadas por aqueles que estudam os grupos militantes no interior dos mundos do trabalho<sup>2</sup>. Nesse sentido, Luca (2008) constata que

[...] não se trata mais de lidar [apenas] com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, [...] impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com a subscrição dos próprios leitores para sobreviver. (LUCA, 2008, p. 119).

---

\* Essa discussão é parte de um projeto de pesquisa intitulado “Entre a fé e a razão: disputas de católicos e anarquistas pela educação operária (Espanha, Brasil e Argentina – 1891 a 1920)”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com financiamento do CNPq.

\*\* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

<sup>2</sup> Este artigo não tem a intenção de apresentar uma análise exaustiva do conjunto dos veículos militantes em circulação no período. Para uma abordagem mais ampla do assunto, consultar, por exemplo, Ferreira (1988).

Em linhas gerais, tal descrição sintetiza as principais características dos veículos da imprensa que embasarão as interpretações presentes neste artigo. Entretanto, para poder aprofundar a análise sobre a constituição, as estratégias argumentativas, e as relações desses veículos militantes com o contexto brasileiro das décadas iniciais da República, organizarei a abordagem em três tópicos. Inicialmente, refletirei brevemente sobre as características gerais da imprensa no período. Num segundo momento, tratarei das peculiaridades da constituição da imprensa militante no contexto brasileiro de Primeira República e, finalmente, tomando como exemplo empírico o caso de três jornais militantes que circularam na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – **A Democracia**, periódico socialista (1905 a 1907); seu sucessor, o também socialista **Avante** (1908) e **A Luta**, veículo de militantes anarquistas (1906 a 1911) – analisarei alguns de seus textos, buscando identificar temáticas e estratégias discursivas e, na medida do possível, observarei suas relações com o contexto mais amplo em que estavam inseridos.

Uma reflexão inicial remete ao fato um tanto elementar de que nenhum veículo de imprensa é uma obra solitária, ou seja, jornais e revistas são “[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita.” (LUCA, 2008, p. 140). Dessa forma,

[...] as redações, tal como salões, cafés, livrarias, editoras, associações literárias e academias, podem ser encaradas como espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas, compondo redes que conferem estrutura ao campo intelectual e permitem refletir a respeito da formação, estruturação e dinâmica deste (LUCA, 2008, p. 141).

Outra questão interessante, também tratada pela mesma autora (2008), se refere a uma característica marcante da imprensa no período em estudo: a de que os jornais e revistas não possuíam profissionais que saíssem a campo para procurar informações. Essas, em geral, chegavam às redações por meio de artigos escritos por colaboradores mais ou menos assíduos e, igualmente, por meio de cartas dos leitores. Assinale-se que esse era um traço recorrente também na imprensa internacional da época. Sirinelli (2003), por exemplo, ao falar da *Nouvelle Revue Française*, observa o “frenesi epistolar” que caracterizava as páginas daquele veículo, o qual, segundo o autor, “[...] se encontrava sob o signo da correspondência.” (SIRINELLI, 2003, p. 245).

Ainda com base nas reflexões de Sirinelli, pode-se pensar nos veículos de

imprensa como locais de irradiação de ideias que, uma vez publicadas, lançavam aos leitores inúmeros desafios, provocações, contra ofensivas e possibilidades interpretativas. No entanto, adverte o autor, “[...] as ideias não passeiam nuas pela rua; elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais.” (SIRINELLI, 2003, p. 258). Homens, e algumas mulheres, que “[...] não eram nem dos bastidores nem da ribalta da cena intelectual [...]”, mas que, “[...] participando do debate intelectual [...]”, deixariam em seus textos “direta ou indiretamente seu rastro, nem homens da sombra, nem figuras de proa, mas inspiradores de um grupo atento e ardorosamente prosélito.” (SIRINELLI, 2003, p. 253).

O ardor do proselitismo poderia oscilar, mas ele seria buscado por diferentes meios e, em geral, mobilizando variados gêneros e recursos discursivos. O que torna importante observar que, como salienta Chartier (2002, p. 135), “[...] numerosos textos têm por objetivo anularem-se enquanto discurso e produzir na prática comportamentos ou condutas tidos por legítimos e úteis [...]”, ou seja, “naturalizarem-se” frente aos leitores.

A busca de legitimação da imprensa das décadas iniciais do século XX muitas vezes apoiava-se em discursos de conhecimento com os quais se procurava mostrar profundo repertório de argumentos com a intenção de conferir ao texto o caráter de “fala de autoridade” baseada em “comprovação científica”. O que seria, na definição de Boaventura Souza Santos (2001, p. 16), “[...] um conhecimento causal que aspirava à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a poder prever o comportamento futuro dos fenômenos [...]” e que pretendia aplicar, “[...] na medida do possível, ao estudo da sociedade todos os princípios epistemológicos e metodológicos que presidiam ao estudo da natureza desde o século XVI.” (SANTOS, 2001, p. 19).

Essa fé na ciência vinha acompanhada da correlata euforia pelos progressos técnicos que, de outra parte, também foram fundamentais para a difusão da imprensa, que estava sendo beneficiada pelas novas técnicas de impressão, pela ampliação do número de tipografias, e pelo desenvolvimento paulatino de novos e mais rápidos meios de transporte, permitindo maior eficiência na entrega dos materiais (LUCA, 2008). Esse conjunto de características também ajudou a fomentar a circulação de ideias, intercâmbios e solidariedades, tanto nacional quanto internacionalmente.

Na virada do século XIX para o XX, esse é um traço marcante da imprensa em geral, e fundamental, no caso da imprensa militante. Os jornais dedicados aos trabalhadores se preocupavam em manter colunas de informações sobre o que ocorria

no movimento operário em diversas partes do mundo, cabendo destacar que os militantes brasileiros utilizavam-se largamente da correspondência com veículos estrangeiros para fazerem chegar, a diversos países da América e da Europa, informações acerca do movimento operário e denunciar as arbitrariedades cometidas pelas autoridades nacionais. Também era comum a solicitação de divulgação das notícias para o conjunto dos jornais operários em âmbito internacional e, da mesma forma, as notícias e os escritos produzidos por militantes e teóricos do movimento operário estrangeiro eram traduzidos e publicados por jornais brasileiros.

A manutenção dessa rede de correspondências permitia aos veículos de distintas correntes ideológicas participarem de grupos de solidariedade e de troca de conhecimentos em diversas partes do mundo, ensejando um reconhecimento recíproco e, ao mesmo tempo, procurando reforçar junto ao seu grupo leitor uma noção de importância e pertencimento ao internacionalismo operário. No entanto, é importante assinalar que, na maior parte dos casos, as redações da imprensa militante eram compostas por grupos de lideranças – ou nem tanto – que pertenciam ao que poderia ser chamado “os de cima” do movimento operário. Ou seja, aqueles que tinham acesso a alguma forma de instrução, ao trabalho na imprensa, que lhes facilitava a veiculação de ideias, a circulação nos meios intelectuais, políticos e artísticos e que, portanto, formavam uma pequena parte, muitas vezes distinta do conjunto do operariado, a quem pretendiam alcançar com seus textos.

Como mencionado no título, uma preocupação constante desses periódicos era a de “informar” para “formar”, definindo posturas e características a serem seguidas ou evitadas, bem como explicando o que é socialismo e o que é anarquismo, conforme a postura ideológica do grupo redator. Recorriam, para tanto, às traduções e vulgarizações de textos publicados no exterior e a explicações didáticas, feitas por articulistas locais. Na militância cotidiana, os dois grupos assemelhavam-se, entre outras coisas, pela defesa dos direitos operários, com ênfase na conquista da jornada de oito horas de trabalho; pelas campanhas em prol do “alevantamento moral” da classe, através da educação; bem como pela condenação aos vícios e à vida desregrada, além de defenderem a organização sindical dos operários e a declaração de greve como um meio eficaz de pressão e conquista de demandas. Entretanto, divergiam pela opção política parlamentar e partidária dos socialistas, a qual os anarquistas se contrapunham com suas táticas de ação direta, especialmente a organização de greves, boicotes e sabotagens, e com a organização autônoma de entidades operárias, especialmente escolas e

sindicatos.<sup>3</sup>

Os veículos jornalísticos eram o principal meio de circulação de polêmicas com as quais os contendores “duelavam”, tendo suas “palavras como armas”, pois, como lembra Schmidt (2000), em uma sociedade “desarmada” como a nossa, em que o monopólio da violência pertence ao Estado, os duelos podem se transformar em polêmicas, e, ao invés do sangue muita tinta é derramada. Esses “duelos”, muitas vezes iniciados no campo doutrinário e ideológico, geralmente expandiam-se e davam lugar a acirradas disputas nas quais os grupos contendores procuravam influenciar as mais cotidianas formas de agir e pensar dos trabalhadores, ora recomendando formas saudáveis de lazer e descanso, ora definindo o número adequado de filhos à família proletária<sup>4</sup>, ou ainda discutindo sobre vestimentas e posturas morais a serem adotadas pelos trabalhadores.

Em relação ao campo doutrinário, pode-se dizer que, ao se postularem como “socialistas” ou “anarquistas”, esses grupos aderiam a versões difusas das duas linhas teórico-ideológicas, cujo acesso ocorria pela leitura de obras variadas de pensadores tão diversos como Marx, Proudhon, Bakunin, Lassalle, Engels, Benoît Malon, Eliseu Réclus, Tolstói, Lombroso, Max Nordau ou, principalmente, de seus resenhistas e comentadores. Tal possibilidade de contato, ainda que indireta, com todos esses textos pode ter provocado na imprensa militante brasileira aquilo que Moraes Filho (1991, p. 37) chamou de “porre ideológico”. Por outro lado, deve-se levar em conta que essa não é uma característica exclusiva dos grupos militantes nacionais e sim a forma marcante de difusão do pensamento social do século XIX, em várias partes do mundo.

O contexto brasileiro, no qual esses periódicos eram publicados estava marcado por profundas contradições políticas e sociais. A jovem República, instituída em 1889, incorporou os princípios federativos, o liberalismo econômico e uma noção meramente formal da representatividade política, pois manteve parte da legislação advinda do período monárquico, que proibiu o voto aos analfabetos e negou direitos políticos aos estrangeiros, importante parcela do operariado daquele momento. Tais medidas fizeram com que apenas uma parte muito restrita da população tivesse acesso, por exemplo, ao

---

<sup>3</sup> Uma análise das discussões em torno da participação dos operários na esfera político-partidária pode ser vista em Silva Jr. (1996).

<sup>4</sup> Sobre questões relacionadas à saúde, número de filhos e ao corpo dos trabalhadores, ver: Aravanis (2005).

direito político elementar do voto.<sup>5</sup>

De outra parte, a violência e a intolerância do governo diante das reivindicações operárias e o tratamento cotidiano da questão social como “caso de polícia”, ou a simples negação de sua existência, eram posturas comuns ao longo do período, situação reforçada ainda pela aprovação no Congresso Nacional de legislação extremamente repressiva, especialmente aquela proposta por Adolfo Gordo – inicialmente como deputado e, posteriormente, como senador da República – como a Lei de Estrangeiros, de 1907 (reeditada em 1919), que permitia a sumária expulsão dos estrangeiros considerados perigosos, e a Lei de Imprensa, de 1923, que proibia o anonimato nos textos publicados e, baseando-se na ideia de responsabilidade solidária, estabelecia severas punições aos veículos difusores de mensagens considerados atentatórias à segurança pública.

Essas medidas refletiam tanto a inadequação do Estado em promover uma legislação social reguladora das relações trabalhistas, quanto às dificuldades de organização e resistência que os trabalhadores e os veículos da imprensa militante enfrentavam em uma sociedade na qual as marcas do regime escravista, há pouco abolido, ainda estavam muito presentes. Assim, muitas lutas precisavam ser travadas para que os trabalhadores pudessem garantir direitos mínimos e alcançar valorização social e a participação dos veículos militantes, denunciando, instigando e publicizando demandas, também pode ser vista como parte desse processo.

Uma das demandas recorrentes na imprensa militante nas primeiras décadas do século XX era a da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. A base argumentativa dessa campanha era a de que o excesso de trabalho aproximava os trabalhadores da opressão escravista, exaurindo suas forças e impedindo sua dedicação a outras atividades como o estudo, o lazer e os hábitos saudáveis. A demanda pelo estabelecimento da jornada diária de oito horas de trabalho tornou-se a principal reivindicação das greves ocorridas no Brasil durante a Primeira República (PETERSEN, 1979) e apareceu de modo constante nos escritos das lideranças socialistas e anarquistas que muitas vezes prometiam, em um futuro ideal, a redução ainda mais drástica do tempo dedicado ao trabalho.

Um exemplo encontra-se no texto traduzido e publicado, em 1905, no jornal **A**

---

<sup>5</sup> Segundo Carvalho, ao longo do período conhecido como Primeira República (1889-1930) o percentual de eleitores nos pleitos presidenciais manteve-se em menos de 1,5% da população, excetuando-se as disputas de 1910 e 1930 que alcançaram, respectivamente, 3,2% e 5,7% de votantes. (CARVALHO, 2001).

**Democracia.** Nele, uma série de passagens retiradas do livro do socialista belga Louis Bertrand<sup>6</sup> procurava esclarecer aos leitores o que queriam e o que não queriam os socialistas. No que diz respeito à jornada de trabalho, Bertrand defendia a idéia de que, no futuro socialista todos, “[...] após receberem uma instrução completa, deverão prestar à sociedade uma jornada diária de trabalho de 5 a 6 horas.” (NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1905).<sup>7</sup>

No jornal anarquista **A Luta**, se multiplicavam, igualmente, os exemplos de textos com esse caráter, como o assinado pelo anarquista português José Bacellar que, além de associar o anarquismo à paz e à ordem, propunha a imagem do futuro como uma espécie de redenção humana quando “[...] duas ou três horas de trabalho por dia bastariam para satisfazer por completo as necessidades de todos. Depois as máquinas substituíram o homem na maior parte da produção. E o tempo restante seria livremente consagrado às artes e ao prazer.” (NPH/UFRGS, 1908).<sup>8</sup>

Um das explicações para essa modificação seria a transformação das condições nas quais o trabalho era realizado. Para isso, o texto contrapunha à realidade do “[...] operário [que] trabalha 10 a 12 horas por dia, e até mais, e ainda por cima pelo patrão maltratado e muito mal pago [...]”, a promessa de “[...] uma organização melhor em proveito de todos, [na qual] trabalhar-se-á menos horas e produzir-se-á mais.” (NPH/UFRGS, 1908).<sup>9</sup> Note-se que no momento em que esses textos contagiados pela fé na ciência e no progresso tecnológico foram publicados, a jornada de trabalho, bem como qualquer outra relação laboral no Brasil, estava inteiramente a cargo da “livre negociação” entre patrões e empregados sendo constantes na imprensa as queixa em relação às longas jornadas, que podiam chegar a dezesseis horas diárias; às más condições de trabalho; e aos maus tratos, acidentes, humilhações e multas de que os trabalhadores eram vítimas, no interior das oficinas e fábricas.

Por outro lado, a percepção de que as marcas deixadas pelo regime escravista ainda estavam presentes no cotidiano, era, muitas vezes, tomada como explicação para a

---

<sup>6</sup> Louis Philippe Bertrand era marmorista e jornalista, um dos fundadores do *Parti Ouvrier Belge* (POB), elegeu-se, em 1900, deputado por Bruxelas, cargo que exerceu até 1926. Escreveu inúmeras obras de teoria socialista e sobre a situação do operariado belga (NEUVILLE, 1995, p. 115-120).

<sup>7</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 01/10/1905. p. 2. Para nos referirmos ao Núcleo de Pesquisa História da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul utilizaremos a partir de agora a sigla NPH/UFRGS.

<sup>8</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 20/06/1908. p. 3.

<sup>9</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 08/03/1908. p. 1-2.

“imaturidade operária” atribuída por algumas lideranças aos trabalhadores brasileiros. Em um exemplo retirado do jornal socialista **A Vanguarda**, do Rio de Janeiro, observa-se a análise feita pelo tipógrafo português Mota Assunção. Para ele,

[...] a República encontrou aqui um proletário atrasadíssimo, a um ou dois séculos de distância do proletariado europeu. Na parte indígena – pretos, mulatos, e brancos – predomina a subserviência da escravidão, abolida havia um ano; porque os hábitos e as tradições daquele nefasto regime não se limitavam às suas presas diretas: refletindo-se como ainda hoje se refletem, sobre todos os que ainda trabalham para outrem.[...] As conseqüências depressivas desse funesto ambiente ainda se notam hoje em muitos trabalhadores, que experimentam como que um supersticioso medo diante do patrão, raramente ousando discutir com ele os seus interesses. (ARQUIVO EDGARD LEUENROTH – UNICAMP, 1911).<sup>10</sup>

Ao analisar essa passagem, Batalha (1992) aponta para a existência no período de um paradigma no qual o operariado europeu representava sempre uma imagem oposta e positiva daquilo que no operariado brasileiro só assume um caráter negativo. Segundo o autor, esse procedimento poderia se caracterizar como um recurso das lideranças, no sentido de apontar ao operariado como ele deveria ser. Em suas palavras: “Esses paradigmas, constituídos pelas experiências da classe operária na Europa, são, portanto, pontos de referência, horizontes, na busca da identidade e da legitimidade empreendida pela classe operária no Brasil.” (BATALHA, 1992, p. 116).

Na visão do autor, é em torno da ética do trabalho que se pode encontrar um dos mais importantes fatores de “[...] legitimação social numa sociedade que nega qualquer legitimidade às classes subalternas.” (BATALHA, 1992, p. 120). Nesse contexto, parece plausível pensar que uma das mais importantes campanhas dos veículos militantes será a de dignificação do ato de trabalhar, ensejando tanto a ruptura da noção que igualava trabalho e escravidão, quanto a defesa da valorização social daquele que trabalha. Cito, a seguir, um exemplo dos mais contundentes nessa linha argumentativa, o “Credo Operário”, publicado no jornal socialista **Avante**:

Creio no trabalho honesto, todo poderoso, criador de todo bem sobre a terra, e no progresso um só seu filho, que não tem senhor o qual é concebido do santo espírito do Direito e nasce da virgem justiça. Creio que Trabalho e Progresso, Direito e Justiça, padecem sob o poder do governo burguês, são torturados sempre e espoliados [...]. Creio que há de surgir o dia da reivindicação, em que o trabalhador subirá à posição que lhe compete. (NPH/UFRGS, 1908).<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> ARQUIVO EDGARD LEUENROTH – UNICAMP. **A Vanguarda**. 20/05/1911. p. 1.

<sup>11</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Avante**. 17/7/1908. p. 1.

Contudo, essa transformação que levaria ao merecido reconhecimento do trabalhador, ligava-se diretamente à necessidade de uma conduta objetiva que demandava, entre outras posturas, a união de esforços. Ilustrativa, nesse sentido, é a frase em destaque no manifesto do **Partido Operário**<sup>12</sup> aos trabalhadores do Rio Grande do Sul, publicada em **A Democracia**:

Operários! refleti nesta indiscutível verdade: UNIDOS RESOLUTOS SEREMOS INVENCÍVEIS PORQUE, ALÉM DE SERMOS OS PRODUTORES, SOMOS A MAIORIA! TENHAMOS CONSCIÊNCIA DE NOSSA FORÇA, TANTO QUANTO TEMOS CONSCIÊNCIA DE QUE ABUSAM DE NOSSA HUMILDE POSIÇÃO! (NPH/UFRGS, 1905 – grifos no original).<sup>13</sup>

Entretanto, essa ideia não podia ficar restrita ao âmbito partidário ou sindical: a dignidade operária devia ser defendida também no local de trabalho. Um texto publicado também no jornal **A Democracia**, em 1906, demonstrava essa preocupação. Relatava o jornal que quase todos os operários das oficinas gráficas dos Srs. E. Wiedemann & Filhos deram uma “magnífica prova de dignidade” ao se solidarizarem com um colega que, tendo sido ofendido por um sócio da firma, acabou pedindo demissão. A solidariedade dos colegas levou o ofensor a pedir desculpas e, em decorrência disso, exaltava o jornal:

Muito bem, companheiros do estabelecimento gráfico E. Wiedemann & Filhos!  
Se todas às vezes em que se tornasse preciso, os trabalhadores repelissem, assim, as brutalidades, os ultrajes feitos por patrões sem educação, muitos destes já teriam ‘engolido’ as ofensas cuja prática lhes é habitual e com as ofensas algo mais...  
E seria isto um meio muito bom para que certos burgueses aprendessem que não somos seus escravos. (NPH/UFRGS, 1906).<sup>14</sup>

Portanto, possuir consciência da própria força significava, em tal discurso, tanto se apropriar do estigma do trabalho, dando-lhe novo significado – transformando a imagem dos operários de explorados, humilhados, escravizados, em produtores de riquezas e alicerces da sociedade capitalista – quanto agir de forma a reforçar a

---

<sup>12</sup> Esse **Partido Operário** era provavelmente uma ramificação dos partidos socialistas que, por influência da Segunda Internacional Socialista, estavam sendo criados no centro do país. Constavam de seu programa reivindicações como: sufrágio universal, liberdade de imprensa, emancipação da mulher, imposto exclusivamente sobre a renda (PETERSEN, 2001, p. 86-87).

<sup>13</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 01/5/1905. p. 2-3.

<sup>14</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 15/12/1906. p. 3.

solidariedade grupal. Uma das formas de incentivar a solidariedade era demonstrar publicamente que ela, de fato, ocorria. Assim, se pode ler no jornal **A Luta** notícias como essa:

[...] foi organizado nesta capital, entre operários tipógrafos e anexos, um grupo que tem por fim evitar que seus associados, em caso de moléstia, fiquem desamparados e se vejam obrigados a recorrer à humilhante generosidade dos patrões. Tem esse grupo um número limitado de sócios e estes só quando haja um doente é que pagarão suas cotas, cujo produto é imediatamente entregue ao enfermo. (NPH/UFRGS, 1909).<sup>15</sup>

A relevância da notícia não se dá tanto pela ênfase na fundação do grupo – esses, em geral, tinham duração efêmera – mas pela defesa expressa no texto de que apenas a solidariedade poderia fazer com que os trabalhadores escapassem à necessidade de contar com a “ajuda” dos empresários, situação “humilhante” que viria ferir a dignidade operária.

Contudo, para que essas mensagens pudessem alcançar legitimidade junto ao público ao qual se destinavam, era fundamental que os redatores também fossem identificados como parte do grupo operário. Por isso, seus textos apresentavam tanto a reafirmação de sua condição de trabalhadores quanto o fato de sentirem-se orgulhosos dela. Nesse sentido, é o teor de uma nota publicada, sem maiores comentários: “Com o intuito de desmanchar infundados boatos, declaramos que a redação d’A Luta é exclusivamente composta de operários.” (NPH/UFRGS, 1908).<sup>16</sup>

Sabendo-se que esse jornal era um dos suportes da disputa ideológica entre socialistas e anarquistas pela direção do movimento sindical da cidade<sup>17</sup>, notificar a real condição de operários de seus dirigentes era um importante argumento, pois, caso essa dúvida se colocasse, poderia ameaçar a legitimidade desse corpo editorial diante dos operários sendo, portanto, essencial reafirmar, sempre que fosse o caso, essa identidade.

---

<sup>15</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 01/06/1909. p. 2.

<sup>16</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 20/06/1908. p. 2.

<sup>17</sup> Sobre as disputas entre grupos anarquistas e socialistas pela direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) ver, entre outros, Bilhão (1999).

Da mesma forma, Francisco Xavier da Costa<sup>18</sup>, importante liderança socialista porto-alegrense, escreveu nas páginas d'**A Democracia** que muito cedo se descobriu “filho de pai operário e de mãe pobre como ele”, e que isso o tornou “nobrememente orgulhoso”, destacando ser

[...] simples trabalhador que convencido de que se cabem deveres ao proletário cabem-lhe, igualmente, direitos relativos a eles e tais direitos são sonegados – [e que] luta por todos os meios do seu alcance, com a pena e com a palavra, na imprensa e na tribuna contra a iníqua usurpação do poderoso capitalismo e contra as legiões de outros exploradores que engordam a custa do sacrossanto suor dos pobres que de fato trabalham. (NPH/UFRGS, 1905).<sup>19</sup>

Por outro lado, não se pode perder de vista que os veículos militantes eram instrumentos fundamentais nas disputas pela direção dos rumos da organização operária e pela delimitação de diferenças teórico-ideológicas entre os distintos grupos que se enfrentavam, no interior dos mundos do trabalho. Geralmente o tom marcante desses debates dava-se pela via da ironia. Um exemplo nesse sentido é o seguinte “diálogo”, publicado pelo jornal **A Luta**:

- Conheces algum bicho mais velhaco que a raposa?
- Conheço: é um padre.
- E mais velhaco que um padre?
- Um político.
- E mais velhaco que um político?
- Desconheço. (NPH/UFRGS, 1908).<sup>20</sup>

Essa passagem apresenta não apenas a exposição daqueles grupos ou indivíduos dos quais os operários deveriam desconfiar, mas, especialmente, a reprovação, por parte das lideranças anarquistas, à participação do operariado na política partidária. Esse texto, pelo período em que foi publicado, estava ligado às polêmicas que vinham

---

<sup>18</sup> Francisco Xavier da Costa, litógrafo de profissão, nasceu em um ano incerto da década de 1870. Com a morte do pai, por volta dos 11 anos, passou a trabalhar nas oficinas gráficas de Emílio Wiedmann, onde iniciou sua formação socialista. Em 1906, foi uma das mais destacadas lideranças da greve geral, participando da fundação da FORGS. Durante o período de 1905 a 1911 manteve influência em grande parte das instituições operárias porto-alegrenses, delas participando como presidente ou como membro honorário. A partir de 1912 passou a fazer parte do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, sendo então indicado Conselheiro Municipal (SCHMIDT, 2004).

<sup>19</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 20/08/1905. p. 1-2.

<sup>20</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 25/10/1908. p. 4.

ocorrendo desde a criação de mais um partido operário socialista em Porto Alegre<sup>21</sup> e sobre isso enfatizava o periódico: “qualquer pessoa, por pouco inteligente que seja, sabe que significa e encarna um partido político”. Os partidos seriam,

[...] pequenas camarilhas de “personagens” ambiciosos que, divididos pelo antagonismo natural dos seus propósitos de exaltação e de lucro, de predomínio sobre o povo e de apropriação dos lugares públicos remunerados, vivem a custa do engano e do dolo, e sustentam-se graças à credulidade incauta de muitos mil infelizes. (NPH/UFRGS, 1908).<sup>22</sup>

Ao esforço das lideranças socialistas em organizar o Partido Operário e a sua constante necessidade de discutir a participação dos operários na vida política da cidade, os anarquistas contrapunham-se com tiradas irônicas. Por exemplo, noticiando que

[...] o Jornal da Manhã afirma, repetidamente, que o partido operário que, pela vigésima vez, projetam organizar nesta capital, inspirar-se-á nos princípios do “coletivismo libertário”.  
Que diabo disto é aquilo?  
Nós, apesar de libertários, não entendemos nada desses estranhos princípios coletivistas...  
Isto até parece spencerismo-católico a la minute...  
Pois não é? (NPH/UFRGS, 1908).<sup>23</sup>

Ou ainda, apropriando-se debochadamente de máximas socialistas: “Socialismo velho: ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’ – (Karl Marx). Socialismo novo: ‘Proletários, uni-vos... aos vossos exploradores!’ – (Manifesto ‘partido’, de Porto Alegre)”. (NPH/UFRGS, 1908).<sup>24</sup>

Esses exemplos demonstram a aposta na via sindical, por parte das lideranças anarquistas. Para elas, os sindicatos seriam espaços onde os operários poderiam superar suas diferenças políticas, ideológicas, religiosas e étnicas, identificando-se, antes de tudo, como operários. Tal postura defendia que a inserção dos trabalhadores na política partidária os impediria de participar diretamente em sua emancipação, delegando a outros um poder que acabaria por tornar-se corruptor uma vez que, ao ser eleito, o representante do operariado estaria legitimando o próprio sistema político burguês.

---

<sup>21</sup> O Partido Operário Rio-Grandense foi fundado, em 1º de maio de 1905 e representou mais uma efêmera tentativa do grupo socialista de organizar partidariamente o operariado da cidade (PETERSEN, 2001, p. 152-160).

<sup>22</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 09/02/1908. p. 1.

<sup>23</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 01/05/1908. p. 3.

<sup>24</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 01/05/1908. p. 3.

Além disso, é inegável que as inúmeras dificuldades ensejadas pelos vícios da política oligárquica da Primeira República ajudavam a manter grande parcela dos trabalhadores distante das organizações partidárias e abriam alguns importantes espaços ao discurso anarquista em defesa da ação direta no interior das organizações operárias do período.

Para finalizar os exemplos empíricos, destaco outra característica bastante presente nas fontes consultadas, que diz respeito ao fato de que os jornais militantes, mesmo batendo-se contra a “falsa moral burguesa”, não deixassem de defender uma conduta operária baseada nos cânones ético-morais predominantes no período. Nesse sentido, inúmeros são os textos que indicam tanto as atitudes consideradas corretas, quanto as condenáveis, elencadas pelos veículos militantes na tentativa de orientar o comportamento dos trabalhadores. Os artigos encontrados abarcavam uma variada gama de elementos que iam da defesa de instrução para os operários à necessidade de união e cooperação – passando por questões como: cuidados com a saúde, higiene e combate aos vícios, especialmente o jogo e o alcoolismo.

Os exemplos a seguir dizem respeito aos cuidados com a saúde e ao correlato combate aos vícios, presentes em grande número das páginas dos periódicos de ambos os grupos tratados. Entretanto, é preciso advertir que, na época, se encontravam em disputa várias teorias a respeito das formas de contágio e propagação das doenças, sendo que os conhecimentos médicos então em voga iam da prescrição do ar puro, como o melhor remédio para todos os males, à associação direta da conduta moral com algumas das mais perigosas enfermidades. Nesse sentido, Weber (1999) explica que

[...] até a década de 1940, a tuberculose foi uma das grandes responsáveis pela mortalidade em todo o mundo. No final do século XIX e início do XX, o discurso a respeito da doença acusava os próprios pacientes de serem os responsáveis pelos seus males devido à “corrupção dos costumes”, não cabendo à sociedade ocupar-se deles. (WEBER, 1999, 65-66).

As campanhas dos jornais militantes pelo regramento dos hábitos necessários à manutenção da boa saúde estavam, portanto, consoantes com o conhecimento médico-sanitário e com os cânones morais de seu tempo. Entretanto, devido à insistência com que eram reafirmadas, pode-se inferir que elas ainda estavam longe de conquistar a adesão dos trabalhadores. Contudo, por mais que a manutenção de um organismo saudável pudesse ser um fator importante para a combatividade do operariado, a recorrência desse discurso nos textos operários interessa também pelo fato dela apontar para o reforço de uma conduta moralmente desejável, o que ajudaria na valorização

social dos trabalhadores.<sup>25</sup>

Dos inúmeros artigos tratando do combate ao alcoolismo, escolhi dois exemplos, um d' **A Luta** e outro d' **A Democracia**, por entender que o teor de ambos demonstra tanto as preocupações quanto os desdobramentos que essa campanha vinha assumindo entre os redatores desses periódicos. No primeiro caso, o articulista utilizava-se do discurso médico e informava que iria fazer uma “ligeira resenha dos efeitos a que tão repugnante vício produz no organismo humano.” Assim, iniciando pelos efeitos no sistema nervoso, informava que o álcool podia transformar “[...] o homem mais tranquilo em uma fera selvagem, capaz de cometer atos que em pleno domínio de suas faculdades mentais talvez não os praticasse.” (NPH/UFRGS, 1908).<sup>26</sup>

Mas como essa informação, que já poderia ser de conhecimento público, talvez não causasse o impacto desejado, o articulista passava a descrever outros efeitos no restante do organismo, enumerando assim:

[...] o endurecimento dos rins, inflamação do estômago, cancro no fígado, catarros pulmonares e muitas outras enfermidades que consideramos ocioso enumerar, em face do que acontece com o sistema nervoso que é de piores conseqüências, porque a medula irrita-se a ponto de degenerar completamente. E o que acontece com o cérebro, este misterioso receptáculo onde se elaboram o pensamento, a idéia, as concepções mais sublimes da arte e da Ciência? Perturba-se, funciona torpemente, é preza de delírios a visões momentaneamente animadas ao bebedor que acabam por sumi-lo nas negruras da imbecilidade. (NPH/UFRGS, 1908).<sup>27</sup>

O texto fazia questão de ressaltar ainda que, além de todos esses males que causavam a si mesmos, os dependentes do álcool poderiam deixar para sua prole a pior das heranças: “[...] engendrarão indivíduos em cujo organismo o micróbio da tuberculose encontrará vasto campo para o seu desenvolvimento, ou também [...] cancerosos ou degenerados de toda a espécie”. E não bastasse tamanho mal, somava-se ainda o fato de que a maioria dos indivíduos dependentes daria origem a uma “[...] série de desgraçados que vêm ao mundo tão somente para proporcionar matéria de estudo aos necrotérios ou escravos inconscientes e submissos à burguesia.” (NPH/UFRGS,

---

<sup>25</sup> Uma análise das discussões em torno da conduta honrada e da valorização social dos trabalhadores encontra-se em Bilhão (2008, p. 73- 90).

<sup>26</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 20/06/1908. p. 1.

<sup>27</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 20/06/1908. p. 1.

1908).<sup>28</sup>

Os redatores d'**A Luta** procuravam dar uma forma mais “pedagógica” à exposição dos problemas causados pelo álcool, procurando demonstrar que os operários deveriam, por todos os meios, manterem-se afastados de tão nefasto vício – que não apenas lhes consumia a saúde física, mas também sua distinção “moral”. Os redatores d'**A Democracia**, por seu turno, mesmo não deixando de apontar para problemas semelhantes, em alguns momentos preferiam a estratégia de propagandear as vitórias conseguidas. Dessa forma, em tom elogioso, noticiaram o surgimento da Associação Anti-Alcoólica de Operários:

Bela iniciativa acaba de ser tomada por alguns dos nossos companheiros de classe: a fundação de uma sociedade composta unicamente de operários e dedicada à propaganda tenaz contra o prejudicialíssimo uso de bebidas alcoólicas. Alegra-nos muito o bom propósito daqueles companheiros; e com eles nos declaramos plenamente solidários para a nobre propaganda a que se vão dedicar. E, para mais inequivocamente demonstrá-lo, a “Democracia” coloca as suas colunas à disposição dos mencionados companheiros. (NPH/UFRGS, 1908).<sup>29</sup>

Nessa discussão interessa especialmente – para além do problema de saúde pública e dos discursos utilizados em seu combate – a defesa, por parte das lideranças operárias, de uma postura que, estando impregnada pelos cânones ético-morais da época, esforçava-se para que os operários mantivessem a imagem de dignidade e honradez, possibilitando seu reconhecimento e valorização junto à sociedade.

Encaminhando uma reflexão final, nesse ponto, poderíamos nos perguntar sobre a eficácia e o alcance desses discursos, uma vez que esses jornais, com raras exceções, tinham vida curta e apresentavam-se com tiragem, periodicidade e número de páginas irregulares e circulavam em uma sociedade na qual o analfabetismo ainda atingia 85% da população (PAIVA, 1973, p. 70), situação agravada pelo fato de que, como lembra Batalha, “[...] o público leitor, mesmo quando alfabetizado deveria ter uma considerável dificuldade em acompanhar a argumentação das lideranças nas questões de cunho teórico.” (BATALHA, 1995, p. 27). A luta contra essas dificuldades mobilizou os redatores na defesa da instrução operária, tema que como seu correlato incentivo à leitura, comparecia reiteradamente na imprensa militante da época.

---

<sup>28</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 20/06/1908. p. 1.

<sup>29</sup> NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 19/05/1907. p. 3.

E, embora as diferentes concepções de como a instrução deveria chegar aos operários não possam ser ignoradas<sup>30</sup>, é importante destacar um ponto de convergência no qual tanto socialistas quanto anarquistas tendiam a aproximarem-se: a esperança Iluminista permeando a defesa da educação como arma de emancipação operária. Assim, para ambos, a instrução seria “a maravilhosa luz”, e a “escola verdadeira” seria aquela de onde emanaria “[...] a luz do saber para o intelecto dos que não tiveram a felicidade de aprender durante a infância e a adolescência [...]”, entendimento que estava consoante com um pensamento clássico das lideranças operárias, uma vez que, como lembra Barrancos, “[...] o movimento a favor da participação daqueles que graças a seu trabalho transformavam a fisionomia do mundo, alcançou envergadura a partir da segunda metade do século XIX, ao mesmo tempo em que a ciência se revelava como um valor universal [...]”, momento em que se estabeleceu a convicção de que não poderiam faltar nesse “[...] banquete [da ciência e do progresso] exatamente quem mais os colocava em evidência: os trabalhadores.” (BARRANCOS, 1996, p. 17-18).

Entretanto, mesmo considerando as limitações ao alcance e a eficácia das campanhas, penso ser possível defender que aos poucos se formavam na cidade, bem como em outras partes do país, grupos de leitores autodidatas que nas pensões, nos bares, nos sindicatos ou nos gabinetes de leitura, liam os textos produzidos por articulistas locais ou traduzidos de outras partes do mundo que, ao circularem pelas rodas de leitura e discussão, deixavam de pertencer a quem os escrevia, eram lidos por alguém, discutidos, interpretados e reinterpretados por outros tantos, produzindo resultados muitas vezes diferentes do esperado por quem os escreveu, mas, de qualquer forma, influenciando na construção do conhecimento, na circulação de informações e na luta por direitos daqueles trabalhadores que se tornavam protagonistas na incipiente organização sindical brasileira.

---

<sup>30</sup> Segundo a campanha dos socialistas a educação seria dever do Estado e direito de todos os trabalhadores. As lideranças anarquistas, por outro lado, defendiam a organização autônoma de escolas pelos próprios que deveriam inspirarem-se naquelas fundadas pelo educador catalão Francisco Ferrer y Guardia, idealizador da pedagogia racionalista, assim chamada por contrapor-se às visões religiosas do ensino e por procurar, através da tradução e divulgação de obras científicas, desenvolver o espírito racionalista.

**“Inform” to “form”: reflections about press and militancy  
in the brazilian working world in the first republic**

**Abstract**

This article analyzes the use of the printing press, inside the labor force, as a means of disseminating the ideas of militant anarchist and socialist groups in the initial decades of the Brazilian Republican lifestyle. By observing the general characteristics of the press of the period, the peculiarities in the constitution of the militant press inside the context of the First Republic, and using the empirical texts published in three militant journals that circulated in Porto Alegre, Rio Grande do Sul as an example, in order to identify the main themes and discursive strategies, and the relation this mediums had within a much larger context.

**Keywords:** Militancy; Printing press; First Republic; Working World.

**REFERÊNCIAS**

**Fontes primárias**

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH – UNICAMP. **A Vanguarda**. 20/05/1911. p. 1.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Avante**. 17/7/1908. p. 1.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 1/5/1905. p. 2-3.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 19/05/1907. p. 3.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 20/08/1905. p. 1-2.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 01/10/1905. p. 2.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Democracia**. 15/12/1906. p. 3.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 09/02/1908. p. 1.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 08/03/1908. p. 1-2.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 01/05/1908. p. 3.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 01/06/1909. p. 2.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 20/06/1908. p. 1-3.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Luta**. 25/10/1908. p. 4.

### **Fontes secundárias**

ARAVANIS, Evangelia. **O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)**. 2005. UFRGS, PPG em História. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre.

BARRANCOS, Dora. **A escena iluminada. Ciências para trabajadores (1890-1930)**. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1996.

BATALHA, Claudio. Identidade da Classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set./ago.1992.

BATALHA, Claudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (Org.). **História do marxismo no Brasil II: os influxos teóricos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906-1911)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho: Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)**. Londrina: EDUEL, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, M. N. **A Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: ÁTICA, 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2ª Ed., 2008.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do Marxismo no Brasil. In: REIS Filho e outros. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NEUVILLE, Jean (dir.). **Dictionnaire biographique des militants du mouvement ouvrier en Belgique**. Bruxelas, Édition Vie Ouvrière, 1995.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

PETERSEN, Sílvia. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (Org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327.

PETERSEN, Sílvia. **Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria: Editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SCHMIDT, Benito. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907. **História em Revista** (UFPEL), Pelotas, v. 6, p. 59-84, 2000.

SCHMIDT, Benito. **Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). **Estudos IberoAmericanos** (PUCRS), v. XXII, n. 2, p. 5-26, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª Ed, 2003.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928**. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.

Recebido em novembro de 2014.  
Aprovado em fevereiro de 2015.